

DIA DA MULHER

Nova gestão do Conselho de Política para as Mulheres prioriza prevenção

Entidade tem entre suas bandeiras a criação de uma Secretaria Municipal da Mulher para coordenar as políticas públicas

**PRISCILA MEDEIROS
LAURA REIS**
(ESTÁGIO SUPERVISIONADO)

A nova gestão do Conselho Municipal de Política para as Mulheres definiu como prioridade para o biênio 2025-2027 a organização da rede de atendimento, a captação de recursos e o fortalecimento da autonomia econômica feminina como estratégias centrais para prevenir a violência de gênero no município.

Eleita em dezembro de 2025, com mandato até dezembro de 2027, a presidente Gabriela Cristina Gavioli Pinto apresentou as diretrizes que nortearão o colegiado nos próximos dois anos. Advogada familiarista e atuante na defesa dos direitos das mulheres, ela também é conselheira fiscal do Instituto Pró-Vítima e associada ao Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Criado em 1993 e reestruturado em 2014, o conselho é um órgão permanente, consultivo e deliberativo, composto de forma paritária por representantes do poder público e da sociedade civil. Embora não execute diretamente políticas públicas, sua função é articular, propor, monitorar e fiscalizar ações voltadas às mulheres, cobrando que sejam efetivamente implementadas.

**TRÊS PILARES
ESTRATÉGICOS**

O plano de trabalho da nova gestão está organizado em sete frentes, concentradas em três pilares:

prevenção e educação; captação de recursos e dados e monitoramento.

No eixo de prevenção e educação, a meta é mapear a rede municipal de atendimento, identificar gargalos e padronizar fluxos para garantir que mulheres em situação de violência tenham acesso mais ágil e eficiente aos serviços. A proposta inclui atuação em escolas, empresas e espaços comunitários para promover a cultura de prevenção.

“A violência começa na desigualdade”, destaca Gabriela. Por isso, a gestão pretende integrar ações de educação, cultura e empregabilidade. A autonomia econômica é vista como fator decisivo para que mulheres consigam romper ciclos de violência, já que a dependência financeira ainda é uma das principais barreiras para mulher deixar relacionamentos abusivos.

O segundo pilar é a captação de recursos. Com a aprovação e abertura de conta do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher na gestão anterior, o conselho agora pretende operacionalizar o instrumento.

A estratégia inclui a criação de editais e bancos de projetos para viabilizar a captação de recursos municipais, estaduais e federais, além de parcerias com a iniciativa privada e busca por emendas parlamentares. “Sem recurso, a política pública não sai do papel”, reforça a presidente.



Gabriela Cristina Gavioli Pinto, presidente do Conselho

No campo de dados e monitoramento, o objetivo é consolidar informações da rede de atendimento, acompanhar indicadores, produzir relatórios periódicos e subsidiar decisões orçamentárias da Câmara Municipal.

A proposta é atuar tecnicamente nos debates sobre orçamento voltado às mulheres, incluindo temas como a construção da Casa da Mulher Bauruense, a criação da Secretaria da Mulher e investimentos em empregabilidade feminina. A gestão também pretende firmar parcerias com universidades para pesquisas de campo que ajudem a identificar as principais demandas das mulheres na cidade.

Com base nesses dados, o conselho quer definir



Camila Fernandes, jornalista e ativista

prioridades de forma mais precisa e garantir que as políticas públicas respondam às necessidades reais da população feminina.

Embora o conselho mantenha atuação vigilante no enfrentamento aos casos já registrados, a nova gestão aposta em políticas estruturantes e preventivas para reduzir os índices no futuro e garantir que mais mulheres se sintam seguras e fortalecidas para romper ciclos de violência.

DEFESA DA SECRETARIA DA MULHER

O conselho se posiciona favoravelmente à criação da Secretaria da Mulher. Para a nova gestão, a pasta traria capacidade executiva, coordenação transversal das políticas, incidência

direta no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), além de ampliar o acesso a recursos federais.

A avaliação da presidente é que uma estrutura própria permitiria organizar ações hoje fragmentadas e fortalecer a rede de atendimento, especialmente diante do aumento de registros de violência, medidas protetivas e feminicídios no município.

O colegiado pretende participar ativamente da discussão sobre o modelo e a implantação da secretaria, defendendo que a estrutura seja funcional e acessível. “Não adianta criar uma estrutura se ela não chega até a mulher ou se ela não sabe que esse serviço existe”, pontua Gabriela.

Mulheres Pretas também sofrem com o racismo

Em 2025, o Ministério da Igualdade Racial (MIR), em parceria com a Vital Strategies e a Umane, divulgou um estudo sobre os fatores de discriminação no Brasil. A pesquisa aponta que 84% das pessoas que se identificam como pretas afirmaram já ter sofrido discriminação.

No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu oficialmente a existência do racismo estrutural no país. A Corte apontou violações a preceitos fundamentais da população negra e determinou a ado-

ção de medidas de reparação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial.

Além dos dados estatísticos e das decisões institucionais, relatos pessoais evidenciam como o racismo impacta trajetórias profissionais. A jornalista Glória Maria é frequentemente citada como referência de pioneirismo no telejornalismo brasileiro, por ter sido uma das primeiras mulheres negras a ocupar posição de destaque na televisão. Sua trajetória é apontada como inspiração

para novas gerações.

A jornalista Camila Fernandes que atua na área há 15 anos, afirma que já enfrentou situações em que sua presença foi questionada por causa da cor da pele. “Me lembro até hoje de estar em um evento muitos anos atrás, e uma pessoa da elite de Bauru me chamar de ‘papagaio de pirata’. No momento eu não me toquei sobre esse significado, eu achei que fosse algo meio aleatório, mas num certo momento me toquei de que a festa não era pra mim, e naquele

momento, horas depois, ele me viu empunhando o microfone junto aos premiados e percebeu que aquela garota que estava na festa, a pessoa me foi chamada de papagaio de pirata, era uma repórter, era uma jornalista, e que exigia respeito. Isso não me enfraqueceu, pelo contrário, me fortaleceu, me fortaleceu o fato de chegar num lugar, empunhar o microfone, mostrar presença, isso já é uma luta, já é uma luta antirracista, já é uma representatividade”.

Segundo ela, essas ex-

periências revelam como o racismo ainda se manifesta de forma estrutural e destaca ainda a importância da informação e da educação no combate à discriminação. O avanço na divulgação de casos de racismo e injúria racial contribui para ampliar denúncias, fortalecer a cobrança por justiça e consolidar o movimento antirracista. A educação é apontada como elemento central nesse processo, ao promover conscientização, empoderamento e igualdade de oportunidades.